

AS LIMITAÇÕES DA CONVENÇÃO DA OBJETIVIDADE

Christianne Calado Vieira de Melo Lopes
Mestranda em Controladoria e Contabilidade/USP
Professora da UFPE

Este artigo aborda inicialmente como se processa o Sistema de Informações Contábeis numa empresa.

Depois trata-se do processo de comunicação na contabilidade com seus principais componentes que são: emissor, mensagem, receptor, canal e decodificação.

Para que as informações cheguem aos usuários a contabilidade utiliza-se desse processo de comunicação, que inicia-se com o profissional contábil alimentando esse fluxo para finalizar com o recebimento das informações pelo receptor, denominado de usuário da informação contábil.

Relatam-se as características qualitativas que os relatórios contábeis devem trazer que são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, assim como a importância dos Princípios Contábeis na elaboração destes.

São definidos os Postulados, Princípios e Convenções Contábeis, dando-se ênfase à Convenção da Objetividade.

Ao final é mostrado que a Convenção da Objetividade, atualmente, é um fator limitativo na mensuração patrimonial de uma empresa, uma vez que os relatórios contábeis demonstram apenas os valores passíveis de registro contábil.

Dessa forma fica prejudicada a qualidade das informações contábeis a serem prestadas aos seus usuários.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal da contabilidade é fornecer informações úteis aos usuários para tomada de decisões.

Para isto, os usuários recebem os relatórios contábeis preparados pelos profissionais contábeis para a partir daí decidirem em função das informações prestadas.

Estes profissionais devem revestir os relatórios contábeis de certas características qualitativas e também observar os princípios, postulados e convenções contábeis. Com tudo isso, fazemos uma pergunta:

Será que as informações contábeis disponíveis aos usuários estão representado a realidade patrimonial das empresas ?

Este artigo tem como objetivo retratar a limitação que cerca a convenção da objetividade evidenciando a importância da mensuração de valores subjetivos. Dessa forma, o Sistema de Informações Contábeis passará a gerar informações 'corretas' que auxiliem os usuários no processo de tomada de decisões.

2 O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SEUS USUÁRIOS

O Sistema de Informações na Contabilidade inicia-se com as transações efetuadas pela empresa. Essas transações se transformam em **dados** que ao serem **processados** irão gerar as **informações** para a tomada de decisão (FIG. 1).

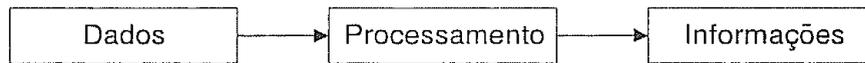


FIGURA 1 – Sistema de informações contábeis.

Os profissionais da área contábil são os responsáveis pelo Sistema de Informações, portanto sua principal tarefa é a transformação (processamento) dos dados em informações.

“Freqüentemente os responsáveis pela administração estão tomando decisões, quase todas importantes, vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão.” [grifo nosso]. (Marion, 1996)

Observa-se por meio da ilustração que os dados por si só não têm valor informativo, no entanto eles precisam representar a realidade, ou seja, estarem corretos, livres de tendências e divulgados oportunamente para que as informações sejam as mais corretas possíveis.

“O dado, por si só, não é suficiente no processo decisório do usuário, uma vez que não reduz as incertezas inerentes da tomada de decisão. Diante do exposto, [...] a finalidade da Contabilidade é o da comunicação de informações e não de dados.” (Libonati & Souto Maior, 1996)

Os usuários são aqueles que utilizam as informações contábeis para tomar decisões. Eles podem ser internos ou externos à empresa. Os internos obtêm as informações dentro da empresa, como exemplo temos, os administradores, diretores, empregados, etc. Já os externos não possuem essa facilidade, ou seja por se encontrarem

fora da empresa não têm esse acesso direto, como exemplo, os bancos, governo, fornecedores, financiadores, etc.

Então a responsabilidade é grande dos que preparam as informações contábeis, uma vez que os usuários seguirão o rumo através das decisões baseadas nestas.

Oliveira citado por Libonati & Maior (1996)

“ressalta que o Sistema de Informações Contábeis deve ser entendido como um gerador de informações de caráter decisório, que deve ser desenvolvido como um processo de comunicação, mediante o qual são fornecidos os elementos básicos para a implementação dos modelos decisórios dos vários usuários (internos e externos).”

Então, o Sistema de Informações Contábeis utiliza-se do processo de comunicação a fim de atingir seus diversos usuários.

3 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NA CONTABILIDADE

O fluxo abaixo demonstra como é realizado o processo de comunicação na contabilidade (FIG. 2).

Há cinco componentes no processo de comunicação: emissor, mensagem, receptor, canal e decodificação.

A fonte emissora é o profissional contábil, aquele que irá transmitir a mensagem para o receptor.

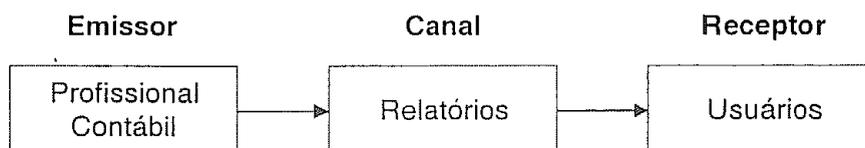


FIGURA 2 – Processo de comunicação da informação contábil.

O receptor é aquele que recebe a mensagem, no caso, os diversos usuários que utilizam-se da informação contábil.

A mensagem são as informações passadas ao receptor através de um canal – os relatórios.

A decodificação é a maneira como o receptor irá interpretar a mensagem, sendo um ponto fundamental na comunicação, pois o emissor deve preocupar-se em preparar a mensagem de forma que não seja desvirtuada, ou seja, mal entendida.

Deve-se observar todos estes componentes, pois o sistema de comunicação na contabilidade é de vital importância, haja vista que, se ele não estiver funcionando adequadamente, o processo de comunicação não estará desempenhando bem o seu papel, que é o de transmitir a informação para quem dela precisar.

“Utilizando o conceito de comunicação na Contabilidade, o Sistema de Informação Contábil seria a fonte que possibilita à empresa através de sua administração, ser o emissor. Os usuários seriam os receptores, o canal de comunicação utilizaria como meio as demonstrações contábeis.” (Gua-gliardi, 1987)

Analisando o conceito acima e adaptando-o a nossa figura, observa-se que o **profissional contábil** vai utilizar-se do Sistema de Informação Contábil como entrada para o processo de comunicação numa empresa.

De posse das informações geradas através dos relatórios contábeis, o emissor se encarregará de transmiti-las para os diversos usuários.

Este processo de comunicação é fundamental em todas as empresas, onde cada etapa tem sua importância dentro deste processo.

Nos relatórios (demonstrativos) contábeis, têm-se as informações sobre tudo que aconteceu na empresa, e que são suscetíveis de registro. Os mais utilizados são:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia a situação patrimonial e financeira da empresa em dado momento;

- **Demonstração do Resultado do Exercício** – mostra a situação econômica da empresa num dado período de tempo, evidenciando se foi apurado lucro ou prejuízo;
- **Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados** – evidencia a movimentação da conta lucros ou prejuízos acumulados, em dado momento, com o resultado do lucro ou prejuízo do período. Ocorrendo lucro é mostrado a sua destinação;
- **Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos** – mostra como a empresa buscou recursos e onde os aplicou em determinado exercício;
- **Demonstração de Fluxo de Caixa** – evidencia o fluxo dos recursos financeiros em determinado período.

As Demonstrações Contábeis para que sejam úteis aos seus diversos usuários, precisam apresentar algumas características qualitativas¹, que são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

4 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) citado por Hendriksen & Van Breda (1999) demonstra por meio da FIG. 3 a hierarquia de qualidades em contabilidade.

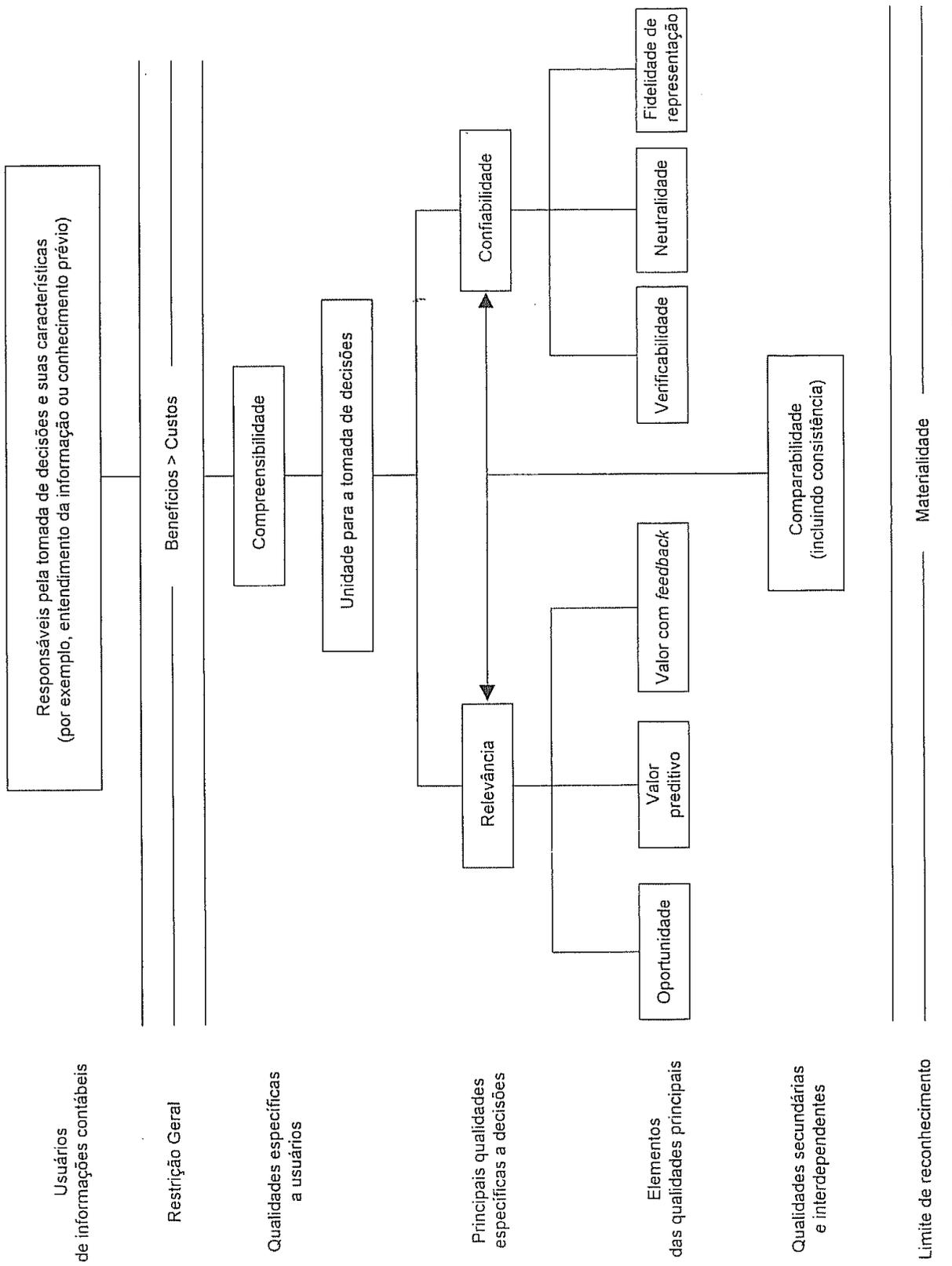
Essa figura ressalta a hierarquia das características qualitativas que deverá ser apresentada pela informação contábil.

Observa-se que a informação, antes de ser levada aos usuários, deve ser analisada em função do custo-benefício.

A compreensibilidade é apresentada como uma **qualidade específica para certos usuários**, por que cada um tem uma visão diferente, ou seja, uma informação pode ser compreensível para uns enquanto para outros não.

“A natureza do usuário é um fator determinante crucial para a decisão a respeito da informação a ser divulgada.” (Hendriksen & Van Breda, 1999)

¹ “As características qualitativas são definidas como sendo as propriedades da informação que são necessárias para torná-las útil.” (Hendriksen & Van Breda, 1999)



Usuários de informações contábeis

Restrição Geral

Qualidades específicas a usuários

Principais qualidades específicas a decisões

Elementos das qualidades principais

Qualidades secundárias e interdependentes

Limite de reconhecimento

FIGURA 3 – Hierarquia de qualidades em contabilidade.

FONTE: Hendriksen & Van Breda, 1999, p. 96.

Portanto, as informações extraídas dos demonstrativos contábeis devem ser entendidas pelos usuários, uma vez que não adianta produzir relatórios que não sejam compreensíveis, pois desta forma não terá utilidade nenhuma para a tomada de decisão.

“A compreensibilidade revela a qualidade da informação contábil, que deve ser exposta da forma mais compreensível possível, para que o usuário possa, efetivamente, entendê-la e utilizá-la de forma cabal nas tomadas de decisões”. (Iudicibus, 1997)

A relevância e a confiabilidade são **qualidades específicas a decisões**, portanto são informações específicas que devem ser apresentadas quando uma decisão particular deve ser tomada. Hendriksen e Van Breda exemplificam o uso dos custos variáveis para decisões relacionadas a volume de atividade. Neste caso, os custos fixos não seriam relevantes para tal decisão.

Então, a informação é relevante quando a sua omissão venha a prejudicar as decisões a serem tomadas pelos usuários.

“Informações são relevantes a uma decisão se elas puderem reduzir a incerteza sobre as variáveis no processo decisório.” (Kam, 1986)

A figura apresenta a relevância como função do valor preditivo, valor como *feedback* e a oportunidade. As duas primeiras funções são bem apresentadas por meio da seguinte definição:

“O termo relevância é definido pelo FASB como a capacidade de a informação fazer diferença numa decisão, auxiliando o usuário a realizar predições sobre os efeitos de eventos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir expectativas anteriores” (Santana, 1998).

Juntamente com essas duas funções a informação deve ser oportuna, portanto disponível ao usuário no momento certo para que a decisão seja tomada.

A confiabilidade é outra característica que cerca os demonstrativos contábeis, pois a informação deve ser livre de erros, a fim de que os tomadores de decisão possam confiar nas infor-

mações obtidas dos relatórios, como sendo a representação fiel do que realmente ocorreu na empresa.

Santana (1998) diz que

“a confiabilidade de uma mensuração é assegurada pela fidelidade ou exatidão com que ela representa o que se propõe a representar, assegurando ao usuário a inexistência de erros ou vies materiais; portanto, para ser confiável, a informação tem que ter fidelidade representativa (have representational faithfulness) e ser verificável e neutra.”

Na figura, a comparabilidade está associada à relevância e a confiabilidade e as três características estão subordinadas a restrição geral, de que os benefícios devem ser superiores aos custos.

De acordo com a ONU citado por Libonati & Maior (1996) a comparabilidade

“é um atributo da informação que permite aos usuários efetuar, de maneira significativa, análises temporais e análises entre empresas.”

Portanto, a comparabilidade das informações é um ponto que permite a observação das tendências financeiras e econômicas da empresa, porque iremos comparar dados passados com o presente, e pode servir, também, para analisá-los com as empresas do mesmo setor.

A materialidade é apresentada como uma característica geral e neste caso sua divulgação é necessária quando a informação é importante para seus usuários.

Então, os relatórios contábeis não só precisam observar estas características qualitativas como, também, os Princípios de Contabilidade. O principal objetivo destes princípios são estabelecer regras a serem seguidas, para que assim haja uma maior uniformidade nos relatórios a serem elaborados pelas empresas.

5 PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

No estudo dos Princípios, há autores que os tratam com a seguinte estrutura:

1º – Postulados;

- 2º – Princípios;
- 3º – Convenções.

Os Postulados são axiomas, ou seja, verdades inquestionáveis, que não precisam de comprovação para sua aplicação; são eles: Entidade e Continuidade.

Dentro dessa estrutura, os princípios são o núcleo central que orientará a profissão diante da realidade social e econômica em que a Contabilidade está inserida. Os Princípios são: Custo Original como Base de Valor, Realização da Receita e Confrontação com as Despesas e Denominador Comum Monetário.

As Convenções servem de guias para os procedimentos contábeis, orientando os profissionais na elaboração dos Demonstrativos Contábeis, são eles: Objetividade, Materialidade, Conservadorismo e Consistência.

Os Postulados, Princípios e Convenções têm uma importância muito grande para a Contabilidade, porém este artigo irá apenas se deter no estudo da Convenção da Objetividade.

6 RESTRIÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

“Mudanças nos ativos e passivos e os efeitos relativos (se existirem) nas receitas, despesas, lucros retidos e outros não deveriam ser reconhecidos nas contas antes que puderem ser mensurados objetivamente.” (Moonitz citado por Iudícibus, 1997)

Baseado neste conceito pode-se verificar que o registro contábil está intimamente relacionado com valores que são mensurados objetivamente, trazendo com isto limitações ao campo contábil.

Segundo Hendriksen citado por Iudícibus (1997) a objetividade tem significado conceitos distintos para escritores distintos. Por exemplo:

- 1) mensurações impessoais ou que existem fora da mente da pessoa que as está realizando;
- 2) mensurações baseadas no consenso de experts qualificados;

- 3) mensurações baseadas em evidência verificável;
- 4) valor da dispersão estatística das mensurações de um atributo quando realizadas por vários pesquisadores.

Com base nestes conceitos, pode-se verificar que dentro de cada um, há certo subjetivismo; nem mesmo o terceiro conceito está livre, pois mesmo que a mensuração tenha, como evidência, um documento formal, pode acontecer de existir algo de subjetivo. Como exemplo, a aquisição de matéria-prima, embora haja um valor de mercado e um documento, na data da transação, é preciso analisar se, o que será dado em troca, realmente vale o bem que está sendo adquirido.

“Já que existem restrições quanto a mensuração, o termo objetividade pode ser observado nos seguintes pontos de vista:

- 1) *da referência a uma documentação formal ou tipo de evidência que suporte o registro e sua avaliação;*
- 2) *da tangibilidade do objeto passível de mensuração;*
- 3) *da posição de neutralidade que a Contabilidade deveria manter.”* (Iudícibus, 1997).

Analisando os itens acima, pode-se ver que um fato ocorrido na empresa, para que seja mensurado e registrado precisa verificar estes requisitos, a fim de atender a Convenção da Objetividade, ou seja, o objeto de avaliação tem que ser tangível, com forma física, geralmente, acompanhado de um documento formal e que a Contabilidade demonstre sua imparcialidade quando do registro deste fato.

Embora a Objetividade esteja mais voltada para o objeto tangível, é possível registrar alguns intangíveis, normalmente, quando são adquiridos, como é o caso do goodwill, marcas, patentes, etc.

Portanto, o problema que cerca a “objetividade” está em registrar valores que são difíceis de serem mensurados; com isto surgem os seguintes questionamentos:

Como registrar o valor real da empresa, já que este valor não está representado no patrimônio da empresa (Goodwill – não adquirido)?

“O valor mais útil seria o ‘verdadeiro’ valor econômico. Infelizmente não somos capazes de afirmar o que é isto. Valor econômico é um conceito muito subjetivo, ...” (Kam, 1986).

O Goodwill não adquirido é um ativo intangível (não corpóreo) que se refere ao valor que uma empresa tem no mercado em função de sua localização, clientela, nome no mercado, entre outros, e por ser de difícil mensuração tais valores, normalmente não constam do valor monetário do patrimônio.

O Goodwill é um valor a mais do patrimônio das empresas e que geralmente é reconhecido quando as empresas são vendidas, ou seja, o comprador irá pagar o valor econômico (goodwill + valor do patrimônio). Este Ativo Intangível será o valor que ultrapassar o valor contábil do patrimônio que está sendo adquirido.

“O goodwill é normalmente representado pelos fatores que a Contabilidade não registra formalmente como ativo, mas que também representam uma origem de parte dos resultados econômicos. Enquanto a Contabilidade não conseguir identificar e mensurar tais elementos adequadamente, o goodwill representará o ajustamento entre a potencialidade dos resultados econômicos futuros da empresa e o seu valor contábil.” (Martins, 1972)

“O consenso que existe é de que o Goodwill é decorrente da expectativa de lucros futuros, de forma que seu valor resulta da diferença entre o valor econômico da entidade, do negócio, e o valor atribuído a seus ativos (se líquidos ou não, não há consenso).” (Sordi, 1993)

Interessante observar que, ao comprarmos uma empresa, por exemplo, o goodwill, se adquirido está incluído no valor da compra, então há a possibilidade de registrar este valor intangível. No entanto, de alguma forma tal valor foi mensu-

rado, embora, subjetivamente, conseqüentemente, as empresas deveriam registrar o seu goodwill, mesmo sem ocorrer a venda.

Portanto, **por que não medi-lo sempre?** Desta maneira está se avaliando o verdadeiro valor patrimonial da empresa.

Cabe destacar como exemplo, dentro desse contexto, a mensuração dos ativos de uma empresa de Prestação de Serviços de profissão regulamentada onde o seu Capital Intelectual (ativos intangíveis), representa um dos seus principais ativos que não é contabilmente reconhecido, haja vista a sua difícil mensuração de forma objetiva.

“O papel principal da contabilidade e custeio de recursos humanos é o de fornecer informações necessárias para avaliar as funções de aquisição, desenvolvimento, alocação, conservação, utilização e benefícios dos recursos humanos, contabilizando-os adequadamente, permitindo avaliar o valor que geram para as entidades, como ativos que verdadeiramente são, quando usados no processo de agregar valor à Entidade.” (Tinoco, 1996)

Uma das características do Ativo é trazer benefícios futuros para empresa, portanto os gastos com recursos humanos deverão ser considerados ativos, pois eles geram receitas para as empresas, assim como outros fatores de produção. Então, se os recursos humanos, por exemplo, funcionários, consomem recursos (recrutamento, contratação, treinamento, etc.), mas no futuro irá gerar de alguma forma benefícios para empresa, estes recursos deveriam ser tratados como ativos, podendo amortizá-los de acordo com a prestação de serviços na empresa. No entanto, vale ressaltar que esta é uma área nebulosa, pois há alguns pesquisadores que defendem o contrário.

“Na posição de proprietários, de administrador, de funcionário burocrático, de técnico, de operário, etc., acaba criando oportunidade para a firma auferir um resultado econômico total maior do que seria possível com o uso de outro pessoal sem as excepcionais qualidades deste.” (Martins, 1972)

O que limita a Contabilidade com relação aos recursos humanos é mensurar estes valores econômicos, uma vez que é uma medida subjetiva.

“... à fotografia da situação patrimonial da entidade tirada pela contabilidade tradicional, devem ser adicionados imagens dinâmicas, que ajudem os usuários da informação a compreender o conteúdo, a extensão, o significado e as perspectivas apontadas pelas demonstrações contábeis. Chamemos isso de Balanço Social.” (Tinoco, 1996)

No Balanço Social deve-se evidenciar o quanto a empresa gerou de riqueza e como ela foi distribuída, sendo outro aspecto que as Demonstrações Contábeis (Demonstração do Valor Adicionado) devem relatar, para que a sociedade em geral veja a contribuição que, esta empresa está gerando para a economia do país.

Como pode-se observar, hoje em dia, há restrições com relação à convenção da objetividade e a ciência contábil está perdendo por não avaliar corretamente o patrimônio das empresas, conseqüentemente os usuários estão tomando decisões em função de uma realidade que não representa o verdadeiro valor patrimonial.

Conseqüentemente, a **confiabilidade** como uma das características qualitativas fica totalmente prejudicada, pois a informação não está representado fielmente o patrimônio da empresa.

Iudícibus comenta (1998):

“o motivo principal desta mudança na convenção é orientar a Contabilidade rumo a uma subjetividade responsável (risco), preconizada pela IFAC², desejada pela sociedade e pelos usuários. A objetividade material deve ser substituída pelo subjetivismo balizado por critérios científicos (distribuições de probabilidades, etc.).”

Com isto nossos estudos devem voltar-se para as mensurações econômicas cujo subjetivismo é calculado com base nos procedimentos matemáticos e estatísticos, a fim de que essas ‘novas’ informações patrimoniais sirvam de base para a tomada de decisões dos usuários.

Apesar, entretanto, das atuais limitações da Contabilidade na mensuração objetiva do goodwill e do capital intelectual dos recursos humanos, o ambiente social em que as empresas estão inseridas ‘reclama’ à Contabilidade o desenvolvimento de instrumentos para o seu reconhecimento, haja vista representar em sua essência um ativo da empresa, bem como uma informação relevante à tomada de decisão dos usuários.

“Pensa-se que, diante das exigências dos usuários e de uma sociedade cada vez mais ávida por informações relevantes, a Contabilidade precisa ampliar e reciclar seus conceitos fundamentais (postulados, princípios e convenções), de forma a fornecer uma estrutura conceitual básica dentro da qual a prática contábil deverá guiar-se, a fim de enfrentar os desafios vistos.” (Iudícibus, 1998)

7 CONCLUSÃO

O profissional contábil desempenha uma função de extrema importância numa empresa, pois ele é o responsável pelo processo de comunicação cujo fluxo inicia-se com o Sistema de Informações Contábeis. Esse processo finaliza-se com os relatórios contábeis que deverão ser enviados aos seus usuários.

Esses relatórios devem observar as características qualitativas e os princípios contábeis, a fim de que o Sistema de Informações Contábeis produza relatórios que atenda as finalidades dos usuários, transmitindo, assim, uma maior confiança no processo da tomada de decisão.

No entanto, a Convenção da Objetividade é um fator limitante ao Sistema de Informações Contábeis, uma vez que, geralmente, são processados apenas dados objetivos, fazendo com que ao final, os relatórios não reproduzam a realidade social e econômica das empresas.

Portanto, a Contabilidade deve procurar mensurar o mais breve possível os valores subjetivos, pois desta forma estará representando fielmente o patrimônio das empresas, fornecendo maiores informações para tomada de decisão de seus usuários.

2 International Federation of Accountants – Federação Internacional de Contadores.

Diante do exposto, conclui-se que os estudos devem voltar-se para a mensuração dos valores econômicos, utilizando-se da matemática e estatística, a fim de que a informação seja relevante, confiável e comparativa no processo de decisão dos usuários da informação contábil.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A. P. *Estudo sobre as preferências dos usuários das demonstrações contábeis relativas ao uso de terminologias contábeis técnicas versus terminologias contábeis descritivas*. 1990. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 750 de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 fev. 1994. Seção 1, p. 1980-1891.
- GUAGLIARDI, J. Rafael. *A evidenciação de informações em companhias abertas: um estudo exploratório*. 1987. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 1987.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, M. F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- IASC – International Accounting Standards Committee. *Framework for the preparations and presentation of financial statements*. Londres: edições anuais.
- IUDÍCIBUS, S. Conhecimento, ciência, metodologias científicas e contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, v. 27, n. 110, p. 60-63, mar./abr. 1998.
- , *Teoria da contabilidade*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- , MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KAM, V. *Accounting theory*. New York: John Wiley, 1986.
- LIBONATI, J. J. *Taxionomia contábil: uma proposta de classificação relacionada aos objetivos específicos dos usuários da contabilidade*. In: ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE, 4, 1996, Natal. Natal: Conselho Regional do Rio Grande do Norte, 1996.
- LIBONATI, J. J.; MAIOR, V. C. S. O processo de comunicação na contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15, 1996, Fortaleza. *O futuro é este...* Fortaleza: Conselho Federal de Contabilidade, 1996. v. 4, p. 229-253.
- MAIOR, V. C. S. *A avaliação da atual evidenciação de informações obrigatórias, a partir da percepção dos analistas de investimentos*. 1994. Dissertação (mestrado). Faculdade de Administração e Finanças do Estado do Rio de Janeiro.
- MARION, J. C. *Contabilidade empresarial*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, E. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- OLIVEIRA, D. P. R. *Sistemas de informações gerenciais*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- SANTANA, E. Objetividade X relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar? *Caderno de Estudos FIEPECAFI*, São Paulo, v. 10, n. 18, p. 9-19, maio/ago. 1998.
- SORDI, T. R. O ativo e a sua importância no processo evolutivo da contabilidade. In: ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE, 1, 1993, Recife. Recife: Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, 1993.
- TINOCO, E. P. *Contribuição ao estudo da contabilidade estratégica de recursos humanos*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.